



Paulo César Zeni

FUNDAMENTOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

E a defesa dos direitos no ciberespaço

Área específica

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
DIREITO PROCESSUAL PENAL.
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores

A OBRA ABORDA SIMULTANEAMENTE TEMAS DE INTERESSE ACADÊMICO E QUESTÕES PRÁTICAS RELATIVAS AO TRABALHO COTIDIANO NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, INDICANDO-SE, PORTANTO, À LEITURA DE:

- 1) ESTUDANTES DE DIREITO INTERESSADOS EM COMPREENDER OS ASPECTOS TEÓRICOS DO TEMA;
- 2) ADVOGADOS, PROMOTORES, DEFENSORES E DEMAIS OPERADORES DO DIREITO QUE ATUAM EM PROCESSOS ELETRÔNICOS E NECESSITAM DE EMBASAMENTO DOUTRINÁRIO PARA SE ORIENTAR NO USO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS ATUALMENTE IMPLANTADOS PELOS TRIBUNAIS.

COMO A OBRA TAMBÉM ABORDA QUESTÕES TÉCNICAS E ATUAIS RELATIVAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA INTERFACE COM A CIÊNCIA JURÍDICA, O LIVRO PODE INTERESSAR AINDA AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO QUE NECESSITAM DAR SUPORTE E ACESSORAMENTO NA ÁREA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, BEM COMO AOS ENTUSIASTAS DE TECNOLOGIA EM GERAL.

A adoção do processo judicial eletrônico convida os operadores do direito a repensarem antigas práticas herdadas do processo físico, com o objetivo de construir um novo modelo para a condução das rotinas judiciais no ciberespaço.

Esta obra investiga os fundamentos do direito processual eletrônico, descrevendo o cenário tecnológico, a evolução do direito positivo, a informatização dos tribunais, o impacto dessas tecnologias na relação jurídico-processual, a regulamentação da matéria pelos órgãos judiciais e sua repercussão nos direitos e garantias fundamentais.

Ao longo desta obra, apresentam-se dados, argumentos e questionamentos relativos ao atual cenário do direito processual eletrônico, permitindo ao leitor melhor compreender a natureza desse fenômeno, seus impactos nos direitos e nas rotinas jurídicas, os riscos envolvidos e as perspectivas que se desenharam para o direito processual do futuro.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001600

Z54f

Zeni, Paulo César

Fundamentos do processo judicial eletrônico e a defesa dos direitos no ciberespaço / Paulo César Zeni.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

198 p.; 14,5 x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0669-5

1. Teoria Geral do Processo. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito Processual Penal.
I. Título.

CDD 341.4

CDU 347.9

Paulo César Zeni é Mestre em Direito pela *Fundació Universitat de Girona*, Espanha. Especialista em Direito Constitucional pela Fundação Escola Superior do Ministério Público/MS. Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso do Sul. Conselheiro Administrativo-Consultivo da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Assessor Especial da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMS. Presidente do Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico do MPMS e Coordenador do Projeto de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico do MPMS e sua integração com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
1.1 O que é o ciberespaço?	17
1.2 O fenômeno da migração dos processos para o ciberespaço	20
1.3 O processo judicial no ciberespaço: antecedentes históricos e considerações sobre a e-Justiça	23
1.4 O processo judicial no ciberespaço: processo judicial eletrônico e procedimento judicial eletrônico	25
CAPÍTULO 2	
MARCO LEGAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	
29	
2.1 Introdução do processo judicial eletrônico no direito brasileiro: experiências pioneiras e consolidação dos sistemas de processo judicial eletrônico	29
2.2 A regulamentação do processo judicial eletrônico pelo Conselho Nacional de Justiça: a criação do sistema PJe	34
2.3 Regime jurídico da integração eletrônica com os sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário: a criação do Modelo Nacional de Interoperabilidade	38
2.4 Análise de caso: apontamentos a respeito da experiência auferida com a implantação do processo judicial eletrônico no Estado de Mato Grosso do Sul	43
2.4.1 Cronologia da regulamentação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	43
2.4.2 O processo judicial eletrônico no Ministério Público de Mato Grosso do Sul e sua integração eletrônica com o sistema do Poder Judiciário	45
2.4.3 Resultados preliminares da adoção do processo judicial eletrônico no estado de Mato Grosso do Sul	46
CAPÍTULO 3	
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: LIMITES AO PODER REGULAMENTAR DOS TRIBUNAIS	
49	
3.1 Natureza jurídica da competência dos órgãos do Poder Judiciário para a regulamentação do processo eletrônico no âmbito de suas jurisdições	49
3.2 Limites jurídicos da competência regulamentar dos tribunais: considerações sobre a teoria da essencialidade	53
3.3 Princípio do devido processo legal: condição de validade dos regulamentos do processo judicial eletrônico	56
3.4 Regulamentos judiciais do processo judicial eletrônico sob a perspectiva da análise econômica do direito	58
3.5 Os princípios jurídicos como diretrizes interpretativas dos regulamentos do processo judicial eletrônico	61

3.6	Considerações relativas ao conteúdo dos regulamentos judiciais para o processo judicial eletrônico	63
3.6.1	Regime jurídico adotado para os eventos de indisponibilidade do sistema	63
3.6.2	Regras de cadastramento e de habilitação dos usuários para emissão de assinatura digital	67

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DA PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO		69
4.1	Direito à produção da prova e seus limites jurídicos	69
4.2	Repercussão da informatização processual no direito à produção da prova.....	71
4.2.1	Documentos eletrônicos e documentos digitalizados: requisitos de validade e autenticidade	73
4.2.2	Limitações de formato e tamanho dos arquivos eletrônicos: considerações necessárias à proteção do direito à produção da prova	76
4.2.3	Princípio da cartularidade no processo judicial eletrônico: considerações a respeito dos títulos de crédito eletrônicos, títulos de crédito digitalizados e mecanismos de garantia de validação e autenticidade dos títulos de crédito	81
4.2.3.1	Questões relacionadas à execução de títulos de crédito eletrônicos: o desafio da comprovação da posse e autenticidade do instrumento	83
4.2.3.2	Questões relacionadas à execução de títulos de crédito digitalizados: disposições introduzidas pela Lei nº 11.419/2006 e novo Código de Processo Civil	84
4.2.4	Preclusão consumativa no processo judicial eletrônico e produção da prova documental no direito processual civil.....	86

CAPÍTULO 5

REPERCUSSÕES DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO DIREITO PROCESSUAL PENAL		91
5.1	Aplicabilidade da Lei nº 11.419/2006 ao direito processual penal.....	91
5.2	Investigação criminal na experiência do processo judicial eletrônico em Mato Grosso do Sul.....	93
5.3	Impactos do processo judicial eletrônico na oralidade e imediação	95
5.4	Videodepoimento e videointerrogatório	98
5.5	Publicidade e sigilo: limites à divulgação do processo judicial eletrônico	102
5.6	Publicidade e sigilo: aplicabilidade da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção dos Dados Pessoais), ao processo judicial eletrônico	107

CAPÍTULO 6

INOVAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL BASEADO EM PLATAFORMA ELETRÔNICA		111
6.1	Sobre a construção de uma principiologia do processo judicial eletrônico	111
6.1.1	Princípio da imaterialidade	113

6.1.2	Princípio da conexão reticular.....	115
6.1.3	Princípio da conexão inquisitiva.....	117
6.1.4	Princípio da intermedialidade	119
6.1.5	Princípio da hiper-realidade.....	120
6.1.6	Princípio da desterritorialização.....	120
6.1.7	Princípio da responsabilização algorítmica	125
6.1.8	Princípio da transparência tecnológica	127
6.2	<i>Big data</i> para o juiz do futuro: inércia da jurisdição, iniciativa probatória e motivação da sentença no processo judicial eletrônico.....	129
6.2.1	A verdade almejada no processo judicial.....	129
6.2.2	Ônus da prova, iniciativa probatória e participação do juiz na produção da prova judicial.....	131
6.2.3	A iniciativa probatória do Poder Judiciário para análise de dados obtidos no ciberespaço: reflexões a respeito da hiperdisponibilidade da informação.....	133
6.2.4	<i>Big data</i> e processo judicial eletrônico: cenário de prospecção e análise automatizadas das provas pelo Poder Judiciário.....	136
6.2.5	<i>Big data</i> , estândares de prova e motivação das decisões no processo judicial eletrônico	143
6.3	As condições da ação e os pressupostos processuais no direito processual eletrônico.....	151
6.3.1	Capacidade postulatória no processo judicial eletrônico	152
6.3.2	Citação válida no processo judicial eletrônico.....	155
6.3.3	Requisitos do sistema para peticionamento eletrônico	156
6.4	Comunicações processuais no processo judicial eletrônico: diário da justiça eletrônico e portal da intimação eletrônica.....	157
6.4.1	Diário da justiça eletrônico	157
6.4.2	Portal da intimação eletrônica.....	161
6.4.3	Uso de meios alternativos de intimação nos casos urgentes ou quando houver indício de burla à intimação eletrônica	168
6.4.4	Considerações quanto à obrigatoriedade de registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica.....	169
6.4.5	Registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica para fins de direito processual penal.....	171
6.4.6	Intimação eletrônica por meio de serviço de interoperabilidade entre sistemas de processo judicial eletrônico	172
6.5	Informações estatísticas: o metaproceto judicial eletrônico e as tabelas taxonômicas unificadas.....	174
6.6	Perspectivas da automação no processo judicial eletrônico: limites para a substituição das atividades humanas no curso do processo.....	178

CAPÍTULO 7

A INFORMATIZAÇÃO E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA: DIRETRIZES GERAIS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	183
---	-----

REFERÊNCIAS	191
-------------------	-----